

Entre a casa e a sala de ordenha: a dupla jornada de trabalho de mulheres na produção leiteira no sul catarinense

RESUMO

Dimas de Oliveira Estevam
E-mail: doe@unesoc.net
Universidade do Extremo Sul
Catarinense (UNESC), Criciúma,
SC, Brasil

Giovana Ilka Jacinto Salvaro
E-mail: giovanailka@gmail.com
Universidade do Extremo Sul
Catarinense (UNESC), Criciúma,
SC, Brasil

As transformações tecnológicas têm alterado profundamente as condições de trabalho e de vida no campo, ao impor novos padrões e exigências na organização das atividades e na divisão do trabalho. No caso da produção leiteira, novos equipamentos e novas técnicas de produção foram introduzidos de forma recorrente, provocando intensas alterações nas propriedades. Diante disto, o artigo aborda as mudanças tecnológicas e seus impactos na divisão sexual do trabalho na produção de leite no Sul de Santa Catarina. No que compreende o caminho metodológico, a pesquisa foi realizada a partir de fontes documentais e entrevistas com produtores/as vinculados/as a uma cooperativa de leite. Os resultados apontam que as transformações tecnológicas tornaram o trabalho, no setor leiteiro, menos penoso do ponto de vista de esforço físico, mas intensificaram-se as atividades e a divisão das tarefas. Se conclui que houve a intensificação na divisão do trabalho, principalmente, para as mulheres e a perda do controle da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão sexual do trabalho. Mudanças tecnológicas. Produção de leite.

INTRODUÇÃO

O presente artigo integra uma pesquisa mais ampla, realizada entre os anos de 2018 e 2019, que problematizou quais foram as inovações introduzidas na produção de leite na região sul catarinense. Por ora, busca-se refletir sobre mudanças tecnológicas ocorridas nos últimos anos na produção de leite em Unidades de Produção Familiares (UPFs) no sul catarinense e seus efeitos na divisão do trabalho, na participação das mulheres agricultoras em organizações de representação, especialmente, em cooperativas de leite.

Nas últimas décadas, a agricultura tem atravessado um intenso processo de reestruturação produtiva. Entre as consequências das transformações, no âmbito da produção familiar rural, destacam-se a intensificação da produção e o estabelecimento de novas configurações de competitividade, caracterizadas pela sofisticação dos padrões de consumo, com implicações diretas sobre os processos produtivos e de qualidade da matéria-prima utilizada pelas agroindústrias, pressões para tecnificação na produção agropecuária com o objetivo de ampliar a escala de produção, entre outras (WILKINSON; MIOR, 1999; PLOEG, 2008).

Este processo de intensas transformações tem efeitos desastrosos, principalmente, para os/as produtores/as de matérias-primas em setores produtivos tradicionais, como é caso dos/as produtores/as de leite. O setor teve que se adequar às novas exigências com ameaças constantes de exclusão da atividade. Entre as alterações introduzidas a partir da década de 1990, identifica-se a implementação do Plano Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), lançado no ano de 1997. As principais mudanças contidas no PNMQL tratavam da desregulamentação dos preços, da abertura comercial e facilidade de importação do produto e derivados dos países do Mercosul, da reestruturação da indústria (concentração e centralização do processamento), da diversificação do consumo de lácteos e das exigências sanitárias aprofundadas pela Instrução Normativa nº 51 (IN nº 51/2002) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (BRASIL, 2002).

As modificações introduzidas pela IN nº 51/2002, cujo impacto foi profundo na atividade leiteira brasileira, pelo aumento da produção e a padronização do produto, desfavoreceu formas tradicionais de produção. De modo geral, os/as produtores/as não estavam preparados/as para estas transformações repentinas, por não serem especializados/as, produziam de forma tradicional, em pequena escala, com produção fragmentada, nem sempre próximos a indústrias de processamento e não seguiam um único padrão de qualidade.

Ante aos desafios identificados, produtores/as de leite da Região Sul de Santa Catarina têm se organizado em pequenas cooperativas e associações para se manterem na atividade. A estratégia de se associar em organizações coletivas ajudou a mitigar a situação e o que parecia ser a extinção em massa de grande parte dos/as produtores/as, de certa forma, possibilitou reposicionar a atividade, colocando-a como uma das principais fontes de trabalho e de renda para a agricultura familiar. O sul catarinense se transformou numa das maiores regiões produtoras de leite de Santa Catarina.

De atividade de pouca expressão econômica, tradicionalmente, realizada e controlada pelas mulheres, após a institucionalização da IN nº 51/2002, transformou-se em uma das principais atividades e fonte de trabalho e renda na

região. As mudanças tecnológicas propiciaram melhorias nas condições de trabalho e de renda, contudo, a jornada de trabalho foi intensificada e a divisão sexual do trabalho reconfigurada.

Para o estudo em questão, o procedimento metodológico adotado foi o estudo de caso (YIN, 2005) de uma cooperativa de produção de leite, localizada no sul catarinense. O critério de escolha da cooperativa foi por ser pioneira na produção de leite e, também, pelo fato de ter sido a primeira na adoção das normas e exigências estabelecidas pela IN nº 51/2002 na Região. Todavia, cabe ressaltar que o fenômeno estudado é recorrente na maioria dos municípios da região e não somente na organização pesquisada.

A pesquisa foi de natureza qualitativa e as informações foram obtidas por meio de pesquisa documental (documentos da organização pesquisada), de produções científicas sobre a temática e de entrevistas realizadas com produtores/as cooperados/as, lideranças e técnicos qualificados. A partir de relatos de entrevistados/as, procurou-se identificar os fatores percebidos como determinantes para explicar a sobrevivência e a expansão da produção leiteira em um contexto de intensas mudanças, tecnológicas e institucionais, envolvendo a divisão sexual do trabalho.

As entrevistas foram feitas com 12 produtores/as de leite e 02 informantes qualificados, selecionados por meio de mapeamento prévio junto a sujeitos que participavam da cadeia produtiva do leite. No caso dos/as produtores/as, a seleção dos/as entrevistados/as buscou incluir filiados/as a uma cooperativa que representassem os principais perfis produtivos (tamanho e tipo de sistema de produção) conhecidos na região. Para tanto, foi construída uma amostra dirigida, formada por produtores/as mais representativos/as de cada sistema de produção, previamente identificado.

Como aponta o procedimento metodológico adotado no estudo, em um primeiro momento, não é a representatividade estatística o mais importante, mas a diversidade de produtores/as e de sistemas de produção existentes na região. A definição das principais formas de produção se deu a partir da pesquisa de campo, bem como do levantamento feito com informantes da diretoria da cooperativa. Na ocasião da pesquisa, a cooperativa era constituída por 53 cooperados/as e foram entrevistados/as doze, escolhidos/as por faixa de produção mensal de leite.

Do total, 76% dos/as cooperados/as se concentram entre os/as que produzem de 1.001 a 7.000 litros de leite ao mês, somente 6% produziam menos de 1.000 litros/mês e, acima de 7.001 litros/mês, 18% dos/as associados/as. Cabe destacar que a cooperativa era majoritariamente composta por homens (92%) associados e, apenas, 8% de mulheres.

Além da introdução, o artigo apresenta uma breve discussão sobre a divisão sexual do trabalho na produção de leite, os resultados e discussões da pesquisa de campo e as considerações finais.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEITEIRA

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, que atribui atividades a homens e mulheres,

respectivamente, às esferas produtiva e reprodutiva (KERGOAT, 2003). A divisão sexual do trabalho não pode ser vista como fixa e imutável, uma vez que apresentada como uma construção social, historicamente situada, convencionada e legitimada pelo gênero, em cada sociedade. No âmbito dos estudos feministas, como uma categoria analítica, o gênero emerge em um cenário teórico e conceitual plural. Por ora, para a reflexão sobre divisão sexual do trabalho, a definição se limita ao que se pode convencionar como um consenso entre feministas, tal como descreve Heleieth Saffioti (2004): o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O estudo da divisão sexual do trabalho, a partir de uma análise de gênero, possibilita problematizar o modo como são naturalizadas, nas esferas produtiva e reprodutiva, atividades laborais de mulheres e de homens. Como observado por Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho atribui, hierarquiza e valoriza diferentemente as atividades desenvolvidas por homens e por mulheres (KERGOAT, 2003; HIRATA; KERGOAT, 2007).

Na economia, a divisão sexual do trabalho é um tema pouco discutido, desde a sua origem como ciência, centrada no mercado, lugar de livre troca entre indivíduos motivados pelo interesse próprio. Adam Smith, o fundador da economia, viu o mercado como um lugar de atuação que compatibiliza interesses individuais divergentes, resultando no bem comum de todos/as (COELHO, 2009). Este pensamento fundador teve como implicação limitar o objeto de estudo da economia ao conjunto de bens e serviços destinados ao mercado, com preço monetariamente atribuído e o trabalho foi um deles, cujo valor se expressa na forma de pagamento de salário.

A corrente de pensamento dominante, a economia neoclássica (liberal), desde a sua fundação, ignora todas as demais formas de produção que não sejam valoradas pelo mercado. Ficando de fora tudo o que é designado como “trabalho improdutivo”, por não ser monetizado, destacando-se o trabalho doméstico e o reprodutivo. Esta “omissão” é tida como uma das expressões do viés androcêntrico da economia, uma vez que esta forma de trabalho é exercida majoritariamente pelas mulheres. A sua invisibilidade na economia determina, em grande medida, a desconsideração da importância econômica das próprias mulheres (COELHO, 2009).

A teoria econômica neoclássica ou ortodoxa é particularmente limitada, na sua abordagem da família, ao tratá-la como uma entidade caracterizada por cooperação interna e altruísmo, em que o processo de decisão econômica é tomado por consenso entre os cônjuges que detêm idêntico controle sobre os rendimentos. A ortodoxia econômica tem como objeto de estudo a família nuclear heterossexual ocidental, a qual oculta outras formas de relacionamentos e a realidade vivida pela maioria das mulheres. Que continuam coagidas à exploração e abuso no domínio de relações conjugais (ou não conjugais), sustentadas por desigualdades de escolhas e controles fundadas na condição sexual (COELHO, 2009).

Nas novas tecnologias introduzidas no processo produtivo em contextos rurais, observa-se a manutenção da divisão sexual do trabalho. Quanto mais mecanizados se tornam os processos produtivos, menor é a participação feminina no processo de decisão, e quanto maior a demanda por capacitação técnica, mais presentes estão os homens. Na pesquisa realizada por Vasconcellos e Dias (2015, p. 07), sobre o trabalho em organizações coletivas no campo, a introdução de

novos equipamentos para aliviar o trabalho ‘pesado’ – “carregar fardos ou verduras, arar a terra, transportar o material prensado” – no geral, “são manuseados pelos homens.” Conforme ressaltado, ainda que as tecnologias cumpram com a finalidade de aliviar o trabalho físico, exercido com menos esforço, o argumento utilizado é de que os homens cumprem melhor com essas funções porque são “mais fortes” (VASCONCELLOS; DIAS, 2015).

Anita Brumer (2004) reflete sobre o fato de que as ocupações femininas são definidas por suas capacidades “naturais”, como executar tarefas repetitivas, cuidar de várias atividades ao mesmo tempo, docilidade, habilidades manuais, entre outras características. Para a autora, longe de ser determinada por qualidades intrinsecamente femininas ou masculinas, como muitos tentam argumentar, a divisão do trabalho é um processo cultural.

O trabalho das mulheres na agricultura continua invisível e está vinculado ao modo como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder, em que a chefia familiar e da propriedade é socialmente outorgada aos homens, embora as mulheres trabalhem efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar (SILIPRANDI, 2010). A divisão sexual do trabalho na agricultura é fortemente condicionada por elementos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família (PAULILO, 2016).

MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA ATIVIDADE DO LEITE NO SUL CATARINENSE

As cooperativas de leite da Região Sul de Santa Catarina começaram a ser constituídas a partir de 2004, embora o processo de mobilização para fundação destas organizações tenha sido iniciado bem antes. De acordo com informações obtidas nas entrevistas e documentos pesquisados, formalmente, em atividade na região, existiam seis cooperativas e duas associações de produtores/as de leite, com aproximadamente 350 associados/as, produzindo e comercializando, mensalmente, em torno um milhão e meio de litros de leite.

O processo de criação da Cooperativa estudada remonta ao ano de 2004, quando uma grande cooperativa de eletrificação da região decidiu em assembleia vender (liquidar) o setor agropecuário. Um grupo de cooperados/as insatisfeitos/as com a decisão da diretoria resolveu adquirir o segmento que abrangia a produção e comercialização de arroz, milho, produção de sementes e leite, conforme segue o relato:

Todos esses segmentos a cooperativa tinha, nós simplesmente continuamos, demos continuidade aos setores. O setor leite da cooperativa nos últimos 10 anos dobrou o volume captado, os demais setores praticamente ficaram estagnados, então a gente não viu crescimento na área do arroz, na área da semente, na área do milho. A gente vê que essas atividades estão mais difíceis de rentabilizar pro produtor (...) (Representante da cooperativa).

Na ocasião da pesquisa, a cooperativa tinha 210 cooperados/as, somando todos os segmentos e, no setor de leite eram 53 cooperados/as. Como já descrito, foram entrevistados/as 12 produtores/as de leite e 02 informantes qualificados que atuavam na instituição envolvida e na assistência técnica e extensão. Do total, 33% eram sócios/as fundadores/as, 42% tinham menos de cinco anos de filiação e 25% entre seis e dez anos.

A média de idade era 51 anos e 33% tinham idade superior a 61 anos. Sobre a escolarização, 58% tinham o Ensino Fundamental de Incompleto a Completo e 42% Ensino Médio Incompleto a Completo. Quanto ao estado civil, apenas dois eram solteiros, os/as demais eram casados/as.

O número de pessoas residindo no estabelecimento familiar variou entre duas e oito pessoas (50% das UPFs com até três pessoas). Em relação ao número de filhos/as, com exceção dos dois entrevistados solteiros, os/as demais tinham entre um e quatro filhos/as, sendo que 75% tinham dois filhos. Contudo, 67% das UPFs não tinham filhos/as na atividade leiteira e 58% nem residindo na propriedade. O número de idosos residentes nas propriedades variou entre nenhum a dois, sendo que 42% dos estabelecimentos não tinham idosos/as e, nos que possuíam, a maioria continuava ativo/a, “ajudando” na produção de leite.

Quanto ao tempo na produção leiteira, 33% estavam na atividade a menos de 10 anos, 25% entre 11 e 20 anos e 42% estavam produzindo leite há mais de 21 anos, sendo que destes, 25% produziam leite há mais de 40 anos, evidenciando a longa tradição da produção leiteira na região. Em relação ao tamanho da propriedade, a menor tinha quatro hectares e a maior 65 hectares. A menor área destinada à produção leiteira foi de quatro hectares e a maior área com dez hectares.

Na composição da renda bruta mensal e suas respectivas fontes, a divisão da renda seguia de alguma maneira os segmentos produtivos da cooperativa, constituído pelo leite, pelo arroz e pelo milho. Apenas dois entrevistados tinham 100% de sua renda familiar oriunda da produção de leite. Para os/as demais, a composição da renda era bem diversificada, com destaque para a aposentadoria (Previdência Social Rural), em que 67% contavam com pelo menos um membro da família aposentado/a. Outro ponto de destaque é sobre a produção para o autoconsumo, 83% afirmaram produzir alimentos para o consumo da família.

Na pesquisa de campo, à medida que se intensificava a mecanização da produção, os homens assumiam *pari passu* o controle e a gestão do negócio. Este fato corroborou com outras pesquisas realizadas sobre o tema, pois a troca de comando da atividade acontece, exatamente a partir do momento que as tarefas deixam de ser manuais (artesanais) e passam a ser mecanizadas, tornando a produção mais rentável financeiramente. Em pesquisas realizadas em várias regiões do país, como a de Magalhães (2009), no Sudoeste do Paraná, foi constatado que, quando o leite se torna o produto principal na propriedade, a atividade deixa de ser controlada pelas mulheres e passa a ser feita pelos homens. A mesma situação foi evidenciada em Santa Catarina, por De Grandi (1999), além de perder o controle da gestão e dos resultados, as mulheres se sobrecarregavam com a intensidade do trabalho na atividade leiteira. Para Paulilo *et al.* (2003), a justificativa para a mudança era que, apesar da grande importância das mulheres na produção, no momento da profissionalização, quem frequentava os cursos eram os esposos. A consequência é que com a especialização, além de aumentar a distância do nível de conhecimento, as mulheres perdiam o controle da atividade (que detinham quando não era especializada).

Conforme a pesquisa de campo, todas as UPFs tinham níveis significativos de mecanização. Todos/as entrevistados/as possuíam ordenhadeiras e resfriadores, realizavam inseminação artificial, produziam silagem mecanicamente para alimentação dos animais e utilizavam o Pastoreio Racional Voisin (PRV) – sistema

de manejo de pastagens. Mesmo em estabelecimentos que não possuíam tratores e ensiladeiras, o trabalho era terceirizado ou os produtores adquiriam os equipamentos em grupos para realizar as atividades. Na maioria das vezes, os insumos eram adquiridos pela cooperativa, com redução de custos para os/as cooperados/as.

Como destacado, as mudanças na produção de leite são consequências das exigências dos sistemas oficiais nacionais e internacionais de controle de qualidade do produto que surgem, em grande parte, por pressões do mercado externo e se estende ao mercado interno. As normas de sanidade (como a IN nº 51) e controle de qualidade instituída em países desenvolvidos e por organizações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), impõem-se a todos os países. Aqueles que não conseguem se adequar tendem a ficar marginalizados dos mercados “modernos” e sujeitar-se a mercados informais que aos poucos vão sendo extintos devido à eficiência e a eficácia dos sistemas de controle e fiscalização (SCHMITZ, 2014).

A adaptação dos/as agricultores/as familiares a esse contexto exigiu políticas públicas significativas para evitar a exclusão em massa de produtores de leite. Segundo a autora citada, um exemplo, é a exigência de resfriamento do produto no ponto de coleta, instituída pela IN nº 51/2002, que passou a requerer novos padrões de qualidade da matéria-prima e maior controle sanitário dos rebanhos. Estas medidas, a princípio, poderiam excluir do mercado grande contingente de produtores devido à baixa escala de produção e recursos financeiros para adquirir os equipamentos.

Para enfrentar esses desafios, foram necessárias ações do poder público, dos próprios produtores e de suas organizações para aquisição de equipamentos, acesso a crédito em condições especiais, treinamentos, entre outras ações. As transformações na atividade leiteira foram destacadas pelo técnico responsável pela execução das mudanças:

[...] hoje tu chega nas propriedades, são propriedades estruturadas, com a sua sala de ordenha né, canalizada, com sala de alimentação, com as pastagens tudo piqueteada. Então ela passou de uma atividade marginal pra uma atividade principal na propriedade e os produtores se profissionalizaram [...], na época tu chegava na propriedade com a estrebaria de barro, de chão e totalmente né... não tinha como ter qualidade do leite, não tinha como ter controle sanitário, não tinha como ter nada. E hoje a situação melhorou, porque foi todo um sistema de trabalho de várias pessoas (Representante técnico).

O processo de modernização da atividade leiteira, como destacado acima, obrigou os/as produtores/as de leite a se adequarem para não serem excluídos/as. Tal adequação pode ser observada pelos dados dos Censos agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2006; 2017), que demonstraram o crescimento e a representatividade da produção leiteira em Santa Catarina, respectivamente, 1.396,2 (2006) e 2.835,2 (2017) milhões de litros. A mesorregião Oeste participava com 79,1% da produção estadual, o Sul catarinense ocupava o segundo lugar no ranking, representando 7,5% da produção total.

Se o processo de modernização transformou o leite em uma das principais atividades econômicas, as atividades realizadas pelas mulheres seguem desvalorizadas. Segundo Paulilo *et al.* (2003), a atividade leiteira sempre foi predominantemente feminina, tanto no Brasil como em todo o mundo. No

entanto, com a introdução de novas tecnologias e com o aumento da produção, as mulheres perderam espaço para os homens, principalmente, na gestão do negócio.

Para compreender a troca no comando da atividade, é preciso retomar a problemática da divisão sexual do trabalho, conforme apontamentos anteriores. O quadro 1 sintetiza como ocorria, na ocasião da pesquisa, a divisão sexual do trabalho nas propriedades pesquisadas.

Quadro 1 - Divisão sexual do trabalho na produção de leite - principal responsável pela tarefa

Tarefas	Homens	Mulheres
Trabalho geral na produção leiteira	X	X
Produção da alimentação: pastagens, silagens e ração	X	-
Colocar o alimento nas cocheiras	-	X
Manutenção da infraestrutura (cercas, piquetes, curral, estábulo etc.)	X	-
Prender as vacas para ordenhar, fazer a ordenha e colocar o leite no resfriador	-	X
Fazer a higienização das vacas e a limpeza da sala de ordenha	-	X
Realizar a higienização dos equipamentos (ordenhadeiras, resfriador, etc.)	-	X
Administrar o dinheiro da comercialização do leite	X	-
Participação de cursos, palestras e reuniões da cooperativa.	X	-

Fonte: Pesquisa de campo.

Embora, a divisão sexual do trabalho não seja tão rígida como representada no quadro, buscou-se considerar o principal responsável pela tarefa, no caso, o homem ou a mulher. Dependendo da família, havia quase sempre a participação do casal, filhos/as e idosos/as, quando o homem participava de atividades realizadas pelas mulheres aparece como “ajuda” e vice-versa. Em relação ao trabalho realizado pelos/as filhos/as e idosos/as, presentes em várias propriedades, eram referidos como “ajuda”. Um estudo recente realizado na região evidenciou situações semelhantes (DORREGÃO; SALVARO; ESTEVAM (2019).

Nas entrevistas ficou evidenciada a divisão sexual do trabalho, dentro e fora da sala de ordenha, conforme os relatos que seguem:

Eu faço o trabalho de fora. No caso, planto a pastagem, faço silagem, trago tudo, trago a silagem pro galpão, e ela coloca nas cocheiras, trata os animais, bota ração tudo certinho, limpa o resfriador. E no caso, meu pai ali, na hora, toca as vacas pro galpão e depois pro piquete, aí ele faz isso! E faz a limpeza, [...]. A ordenha, também ajudo, é eu e a esposa. (Entrevistado 1).

Eu tiro o leite e faço as limpezas. Tratar e plantar é com ele. (Entrevistada 11).

Daí quem trabalha com leite é mais eu e a minha filha. Eles trabalham mais na lavoura, [...] (Entrevistada 10).

Em atividades repetitivas e menos profissionalizadas, a responsabilidade, em geral, era das mulheres e os homens participam como “auxiliares”; em atividades mais tecnicizadas e controladas, geralmente, pelos homens, as mulheres, quando participavam, eram “ajudantes”. Para os homens, o trabalho feminino é considerado complementar, uma ajuda, segundo autoras como Paulilo (2003) e

Brumer (2004). Isto ocorre porque a propriedade e as finanças são administradas pelos homens e, com isso, o trabalho das mulheres é considerado “ajuda”.

Sobre as concepções de trabalho “leve” e “pesado”, Paulilo (2016) apresenta reflexões fundamentais ao debate no campo dos estudos rurais e de gênero. Para a autora, o que qualifica o trabalho, como “leve” ou “pesado”, depende de quem o executa: são “leves” as tarefas executadas por força de trabalho feminina, idoso/a e infantil. Isso reflete na classificação associada a diferentes remunerações: maior remuneração para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo tempo, esforço físico, habilidade, agilidade e paciência.

O predomínio da participação masculina foi constatado, também, nas reuniões e fóruns de leite da região, pela pouca presença de mulheres. Esse fato foi observado, por Magalhães (2009), com exceção da igreja, onde tanto homens como mulheres participam em número de igualdade, nos sindicatos, associações e cooperativas de leite, a participação é predominantemente masculina.

O argumento utilizado pelos homens para justificar a menor participação de mulheres em organizações representativas se relacionou ao fato de que alguém precisa ficar “cuidando” da propriedade ou de idosos/as: “não dá para sair todo mundo ao mesmo tempo” (Entrevistado 5). No caso, as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico, o cuidado das vacas, a realização da ordenha, limpeza e a alimentação. Esse argumento “justificou” a menor presença de mulheres em reuniões e cursos.

A divisão sexual evidenciada estava relacionada ao número reduzido de mulheres na gestão das propriedades. Quando o trabalho na produção de leite era manual, era executado por mulheres; com a mecanização, o controle e a gestão da produção mudaram de comando. O que se observou na pesquisa foi a permanência e o aprofundamento da hierarquia: mesmo antes da modernização da atividade, os homens controlavam as finanças, porém, no caso do leite, a renda advinda da produção era pouco representativa, as mulheres detinham o controle.

O relato confirma a transição do controle da atividade.

Hoje, como o leite começa a ser uma atividade principal, o homem se insere na atividade, mas mais na lida com os animais, nas pastagens e tal e na negociação. A ordenha, em geral, o casal trabalha, mas a mulher trabalha mais com a parte de ordenha, o que é bom, [...] porque as mulheres têm esse senso melhor de higiene e de cuidado, porque ela já trabalha na cozinha, já tem uma noção maior do que o homem. (Técnico Entrevistado).

Conforme o depoimento, a introdução de novas tecnologias é condicionada pelas relações de gênero e a forma como a assistência técnica se relaciona com os homens e as mulheres reforça a hierarquia masculina na divisão do trabalho na atividade leiteira. Magalhães (2009), também, verificou a relação entre assistência técnica e a predominância da participação dos homens nos cursos. O contato das mulheres com os extensionistas ocorria, apenas, quando o técnico visitava a propriedade ou quando eram realizadas reuniões na comunidade e, especificamente, quando o conteúdo da assistência técnica ou da capacitação se referia ao processamento do leite, a uma atividade doméstica ou higiene e ordenha dos animais.

Este fato foi observado em depoimentos em relação à participação em cursos de qualificação técnica. Em grande medida, os homens se qualificavam mais para

o uso das novas tecnologias e, majoritariamente, participavam mais de cursos e reuniões do que as mulheres. Essa tendência da divisão sexual do trabalho se constatou na oferta de cursos. Quando o curso era destinado a atividades fora da sala de ordenha, ocorria a prevalência da participação dos homens; nos cursos que envolviam atividades internas de limpeza, de higienização, por exemplo, a presença das mulheres era maior.

[...] ainda participam muitos homens, mas as mulheres vêm aumentando sua participação, não só nos cursos como também nos eventos. [...] nós fizemos um trabalho só com os homens, não mudou nada! Conseguimos implantar piqueteamento mais ou menos. Chamamos as mulheres, um curso só com as mulheres, aí a coisa andou, aí começou a sair sala de ordenha e aí começou... Porque daí elas diziam: O homem vem pra casa e não conta pra nós, [...], as mudanças começaram a partir das mulheres, os homens meio que não davam muita bola, entendeu? Sala de ordenha qualquer canto serve... desde as pastagens, claro que os homens faziam, mas as mulheres começaram a buzinar em casa [...] (Técnico Entrevistado).

Conforme o relato, o processo de formação produz e é regulado pelo gênero. A responsabilidade do cuidado da casa, atribuída a mulheres, estende-se à sala de ordenha; já aos homens, eram atribuídas as tarefas externas à casa e a sala de ordenha, com isso, representam a UPF em reuniões e eventos. O deslocamento até a sede da cooperativa era quase exclusivamente realizado pelos homens e, de igual modo, a presença nas reuniões promovidas pela cooperativa e o Fórum do leite. Para Magalhães (2009), a nova forma de organização para acender ao mercado, estabelecida pelas cooperativas, possibilitou maior autonomia dos/as produtores/as, deslocou o centro de negociação entre produtores/as e mercados, que estava sob o domínio feminino para o masculino. Ressalta-se que as organizações coletivas têm sido um importante espaço de ampliação do poder de negociação dos/as produtores/as com os mercados (agroindústrias) e acesso às políticas públicas. Porém, pela pesquisa realizada, foi possível verificar que a forma de organização coletiva reproduz a divisão sexual ao ser formada majoritariamente pelos homens, com maior participação em cursos, reuniões, assembleias. Na propriedade, as mulheres faziam as principais tarefas, mas eram os homens que administravam e a representam a UPF nas cooperativas e associações. Esse é um desafio a ser enfrentado pelas organizações representativas de produção de leite da região sul catarinense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho feminino na produção leiteira no sul catarinense tem o recorte da divisão sexual do trabalho, intensificado com adoção de novas tecnologias. As desigualdades na divisão do trabalho, na propriedade, estendem-se nas representações institucionais como as cooperativas e Fóruns regionais. A valorização do trabalho das mulheres na produção leiteira tem um longo e difícil caminho a ser percorrido. Observaram-se avanços a partir da constituição destas organizações coletivas, mas é necessário maior articulação e debates, principalmente, para integrar as mulheres nos processos de decisão, tanto na UFP quanto nas organizações representativas.

Como a região já tem um processo avançado de institucionalização de representação (cooperativas, associações e o Fórum), estas entidades podem ter

uma contribuição crucial na redução das desigualdades na relação de gênero nas UPFs. A divisão de funções em que os homens se relacionam com o espaço público (da política e do mercado), e as mulheres com o ambiente privado (casa e sala de ordenha), precisa ser entendido como um dos principais desafios a serem superados. Embora, se percebe, a participação das mulheres – mesmo que timidamente - na direção de cooperativas, a grande parte delas continua ausente não só dos espaços de decisões, mas no acesso à formação e às novas tecnologias.

A perda do controle da atividade por parte das mulheres com o processo de modernização da atividade leiteira não deve ser atribuída, apenas, às condições socioeconômicas, mas, a um conjunto de fatores que contribuem para manter e reproduzir as estruturas de dominação masculina. As políticas públicas acabam reproduzindo as regras e normas das relações de gênero, sendo esse um dos pontos de reprodução da manutenção das hierarquias na agricultura, em que as organizações coletivas têm dificuldades para romper com o modelo de reprodução. Este é, portanto, um desafio a ser enfrentado pelas organizações representativas, pois a invisibilidade do trabalho feminino tem outras consequências agravantes, como ele é invisível, não entra no custo de produção, com isso, o preço pago pelo produto é subdimensionado. À medida que a atividade se mecaniza e se torna mais rentável, as mulheres perdem espaço na gestão e controle dos recursos. O leite no Sul de Santa Catarina é produzido essencialmente em pequenos estabelecimentos rurais, utiliza força de trabalho familiar e o trabalho das mulheres tem um peso significativo.

Between the house and the milking room: the double workday of women in milk production in southern catarinense

ABSTRACT

Technological changes have profoundly altered working and living conditions in the countryside, by imposing new standards and requirements in the organization of activities and in the division of labor. In the case of dairy production, new equipment and new production techniques have been introduced on a recurring basis, causing intense changes in properties. In view of this, the article addresses technological changes and their impacts on the sexual division of labor in milk production in the south of Santa Catarina. As far as the methodological approach is concerned, the research was carried out from documentary sources and interviews with producers linked to a milk cooperative. The results indicate that technological changes have made work in the dairy sector less painful from the point of view of physical effort, but activities and the division of tasks are intensified. It is concluded that there was an intensification in the division of labor, especially for women and the loss of control of the activity.

KEYWORDS: Sexual division of labor. Technological changes. Milk production.

Entre la casa y la sala de ordeño: la doble jornada de trabajo de las mujeres en la producción de leche en el sur catarinense

RESUMEN

Los cambios tecnológicos han alterado profundamente las condiciones de trabajo y de vida en el campo, al imponer nuevos estándares y exigencias en la organización de las actividades y en la división del trabajo. En el caso de la producción láctea, se han introducido nuevos equipos y nuevas técnicas de producción de forma recurrente, provocando cambios intensos en las propiedades. Frente a eso, el artículo aborda los cambios tecnológicos y sus impactos en la división sexual del trabajo en la producción de leche en el sur de Santa Catarina. En cuanto al enfoque metodológico, la investigación se realizó a partir de fuentes documentales y entrevistas a productores vinculados a una cooperativa lechera. Los resultados indican que los cambios tecnológicos han hecho que el trabajo en el sector lácteo sea menos doloroso desde el punto de vista del esfuerzo físico, pero se intensifican las actividades y la división de tareas. Se concluye que hubo una intensificación en la división del trabajo, especialmente para las mujeres y la pérdida del control de la actividad.

PALABRAS CLAVE: División sexual del trabajo. Cambios tecnológicos. Producción de leche.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Instrução Normativa nº 51**, de 18 de setembro de 2002. Diário Oficial da União, Brasil, Brasília, DF, Seção 1, p. 13. 2002.
- BRUMER Anita. Gênero e Agricultura: a Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v. 12. n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>. Acesso: 1 out. 2022.
- COELHO, Lina. Economia Feminista. In. HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra – Portugal: Edições Almedina, SA, 2009. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.
- DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias agricultoras associadas a miniusinas de leite no estado de Santa Catarina**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em sociologia política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://naf.ufsc.br/files/2010/08/Alessandra.pdf> Acesso em: 3 out. 2022.
- DORREGÃO, Vandreça Vigarani; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Contribuições da atividade leiteira para o desenvolvimento rural e para a reprodução da agricultura familiar em um município do sul catarinense. **Interações**, v.20, n.3, p.973–985, 2019. <https://doi.org/10.20435/inter.v20i3.1902>. Acesso em: 1 out. 2022.
- HIRATA Helena; KERGOAT Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. IBGE.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. IBGE.
- MAGALHÃES, Reginaldo Sales. A "masculinização" da produção de leite. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online], v.47, n.1, p. 275-299, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n1/v47n1a10.pdf> Acesso em: 3 out. 2022.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *IN: EMILIO, Marli et al. (Orgs.) Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres: Desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.p.55-63.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira, et al. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. *IN: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.) Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Editora da UFSC: Florianópolis, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *IN: PAULILO, Maria Ignez Silveira. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. p.183-219.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Movimento de Mulheres Agricultoras: **Terra e Matrimônio**. UFSC, junho de 2000. Disponível em:

<http://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHMITZ, Aline Motter. O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira. 2014. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014. Disponível em: http://tede.unioeste.br/tede/tde_arquivos/10/TDE-2014-08-22T193309Z-1293/Publico/ALINE%20MOTTER.pdf Acesso em: 8 out. 2022.

SILIPRANDI, Emma Cademartor. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Rev. Bras. de Agroecologia**. v,4, n.3, p. 114-116 (2009). Disponível em: https://www.academia.edu/29776954/Mulheres_e_Agroecologia_a_constru%C3%A7%C3%A3o_de_novos_sujeitos_pol%C3%ADticos_na_agricultura_familiar Acesso em: 11 out. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes de; DIAS, Rafael Brito. Trabalho Associado, Mulheres e Tecnologia. *IN: I CONPES – Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária*, 2015, São Carlos/SP. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt3/sessao-1/vasconcellos_bruna_dias_rafael.pdf Acesso em: 1 out. 2022.

WILKINSON, John; MIOR, Luiz Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.

Recebido: 21/10/2022

Aprovado: 18/07/2023

DOI: 10.3895/cgt.v16n47.16048

Como citar: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Entre a casa e a sala de ordenha: a dupla jornada de trabalho de mulheres na produção leiteira no sul catarinense. **Cad. Gên. Technol.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 108-121, jan./jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/> Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

